

## **Jornalismo, políticas públicas e minorias sexuais e de gênero: (in)visibilidades da comunidade LGBTQIAP+ na imprensa de Ponta Grossa (PR)<sup>1</sup>**

Manuela Roque FERREIRA<sup>2</sup>

Candida de OLIVEIRA<sup>3</sup>

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR

### **RESUMO**

O papel do jornalismo no debate público sobre os direitos às minorias étnico-sociais, sexuais e de gênero é um tema que chama a atenção ao observarmos, no atual contexto midiático e social brasileiro, a permanência e até mesmo o acirramento de desigualdades e discriminações que vários grupos sociais considerados minoritários enfrentam, a partir de manifestações de discursos de ódio e/ou ações violentas que lhes são dirigidos a fim de silenciá-los. As inquietações que motivam este trabalho, proposto inicialmente à disciplina “Jornalismo, Políticas Públicas e Cidadania”, podem ser sintetizadas nas seguintes questões: por que isso acontece? Por que grupos sociais vulneráveis são chamados de “minorias” quando sabemos que grande parcela da população pode ser incluída nesses grupos? Que medidas são tomadas pelos governos para atender as demandas desses grupos? Como o jornalismo participa desses processos? Diante disso, este trabalho apresenta um estudo sobre o conceito de minoria e o papel do jornalismo na cobertura de pautas relacionadas às minorias sexuais e de gênero. O objetivo é compreender como a imprensa atua no debate sobre políticas públicas voltadas à comunidade LGBTQIAP+ e na construção da identidade desse mesmo grupo. De modo específico, procura refletir sobre o processo de criação de políticas públicas em prol dessa parcela de brasileiros, e identificar ações que vêm sendo feitas, tanto pelo poder público e âmbito social, responsável pela implementação dessas políticas, quanto pela imprensa no âmbito midiático, responsável por garantir a visibilidade dessas e de outras pautas, fomentando assim o debate público sobre o tema. Para o desenvolvimento deste estudo, os procedimentos metodológicos utilizados foram

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na IJ07 - Comunicação, Espaço e Cidadania do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 16 a 18 de junho de 2022.

<sup>2</sup> Estudante de graduação do 4º ano do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR), e-mail: [manuelaroqueferreira@gmail.com](mailto:manuelaroqueferreira@gmail.com).

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR), e-mail: [candida.oliveira07@gmail.com](mailto:candida.oliveira07@gmail.com).

pesquisa bibliográfica e análise exploratória da cobertura jornalística a respeito das políticas públicas divulgadas para a comunidade LGBTQIAP+ com o recorte voltado para o município de Ponta Grossa, no Paraná. O aporte teórico teve como referências estudos sobre o conceito de minoria e políticas voltadas a grupos minoritários (SODRÉ, 2005; PAIVA, 2005), questões identitárias na mídia e movimentos da comunidade LGBTQIAP+ (JAYME, 2005; GALLI, 2021; REIS, 2018), cobertura jornalística de políticas públicas e a questão da diversidade (CANELA, 2008; CARRANCA, 2008) e o debate sobre cidadania e direitos humanos (LIESEN, 2020). O conceito de minoria é tratado e problematizado neste estudo, desprendendo-se de definições mais gerais mas sem deixar de considerar os sentidos de desvalorização, de depreciação e de inferioridade que o termo carrega. Isso porque, a ideia de minoria é geralmente associada a um “número inferior”, a “parte menos numerosa” em oposição à “parte mais numerosa” de algo, mas também pode indicar um “subgrupo religioso, social, étnico, cultural, racial” considerado “inferior” ou “diferente” da parcela maior da sociedade, sendo, por isso, discriminado e alijado dos mesmos direitos ou oportunidades (DICIO, 2022). Nesse sentido, é importante refletir sobre a perspectiva utilizada para definir quais grupos fazem ou não parte de uma minoria e se o termo realmente cabe aos grupos em que o mesmo é geralmente atribuído. A partir de Muniz Sodré (2005), compreende-se que todos aqueles que são identificados como parte de uma minoria são responsáveis por impulsionar transformações na sociedade, uma vez que vivem a partir das lógicas da coletividade e dos conflitos com a classe dominante, integrante da então chamada “maioria”. Trata-se, portanto, de um conceito que adquire sentido pelo caráter qualitativo e não quantitativo. A identificação de grupos que podem ser considerados minorias, se dá pela vulnerabilidade que possuem no meio social, pelas batalhas travadas contra a hegemonia política, econômica e social por meio da realização de movimentos sociais capazes de amplificar suas vozes. A comunidade LGBTQIAP+, foco deste trabalho, caracteriza-se como um grupo minoritário no que diz respeito à orientação sexual e de gênero, pois não se sente pertencente às heteronormatividades impostas pela sociedade quanto às classificações gerais de feminino, masculino ou homossexuais. A fim de evitar um processo de superioridade ou inferioridade entre tais grupos, o trabalho trata da sigla LGBTQIAP+ como um todo, compreendendo a realidade da comunidade em números no Brasil a partir de

informações disponibilizadas online por instituições que trabalham em prol da comunidade LGBTQIAP+ e grupos de estudo sobre essa população no Brasil, cotidiano e violências sofridas (ABGLT, 2019; GGB, 2020). É notável o crescimento expressivo da população LGBTQIAP+ ao mesmo tempo crescem os casos de violência contra este grupo. A forma como a mídia representa a comunidade LGBTQIAP+, seus problemas e demandas, pode contribuir para acirrar esse cenário ou transformá-lo. Tais representações atuam ainda na construção da própria identidade desses grupos sexuais minoritários, bem como nas percepções sociais de suas imagens. A discussão desenvolvida neste trabalho também permeia pré-julgamentos e situações discriminatórias implicadas na realidade da comunidade e que ocasionam uma construção de imagem diferente dos demais grupos minoritários. Além disso, como mostra Juliana Gonzaga Jayme (2005) em seu estudo sobre a construção de gêneros e identidades travestis, transformistas, drag-queens e transexuais, o contexto das experiências tanto individuais como coletivas e o lugar de origem de cada um impactam na construção das identidades. A junção de vivências e percepções pessoais com as da sociedade em determinado contexto geográfico e temporal é o que compõe as identidades. Entende-se então que a sociedade tem papel fundamental para a desconstrução de imagens estereotipadas e preconceituosas, tendo a imprensa um papel fundamental nesse processo. A partir dessas reflexões é que o estudo observa e discute a construção de identidade da população LGBTQIAP+ em Ponta Grossa, dentro, portanto, de um contexto local específico, considerando as ações do poder público divulgadas na imprensa local. Nesse sentido, foram analisadas as produções noticiosas publicadas em 2019 e 2022 por três veículos digitais jornalísticos tradicionais no município: os portais A Rede, do grupo Jornal da Manhã, DCMais, do grupo Diário dos Campos, e Correio dos Campos. Para o levantamento dos materiais disponíveis foi utilizada a barra de pesquisa de cada um dos portais, com as palavras-chave “LGBT” e “Políticas Públicas”. Na análise, foram levados em consideração a abordagem feita pelo jornalista, as fontes mencionadas no texto, o viés aplicado ao conteúdo, entre outros pontos que podem abrir discussão para a maneira como a mídia local vem retratando a comunidade LGBTQIAP+ e as políticas públicas voltadas para esta parcela da população. A partir dos resultados obtidos, é possível inferir que há uma escassez de produções jornalísticas temáticas sobre a comunidade LGBTQIAP+, bem como

materiais que abordam as problemáticas e dificuldades enfrentadas pelo grupo, colocando-os em segundo plano ou não dando o devido protagonismo para os mesmos ao abordar assuntos que remetem ou estão diretamente relacionados à comunidade. O tratamento das informações sobre as políticas públicas destinadas a esta parcela da população também é diferente, a depender da situação. Existe uma preocupação na construção da imagem das instituições responsáveis por criar tais políticas públicas, mas não é possível dizer o mesmo sobre a comunidade LGBTQIAP+. Fontes pertencentes à comunidade LGBTQIAP+ raramente são entrevistadas e quando são trazidas nas matérias jornalísticas, acabam aparecendo como forma de validar positivamente eventos e ações promovidos por tais instituições. Compreende-se então que a própria voz da comunidade LGBTQIAP+ é invisibilizada, assim como as políticas públicas que deveriam contemplar essa parcela da população. As conclusões a que tal estudo permite chegar é que a visibilidade do tema na imprensa local de Ponta Grossa é ainda reflexo de preconceitos e estereótipos enraizados na sociedade, excluindo o protagonismo LGBTQIAP+ da arena pública de debate. Como reflexão final, salienta-se a necessidade de se fazer um jornalismo local que abra espaço para problemas reais enfrentados pela comunidade LGBTQIAP+, além de que suas vozes sejam reconhecidas em relação às suas próprias demandas e não apenas para fortalecer o interesse de instituições estatais, governantes ou figuras políticas. O sentido de dar voz à diversidade, como afirma Carranca (2008), está relacionado ao reconhecimento das diferenças que constituem a sociedade, além de ser um princípio ético a nortear a cobertura jornalística. O mesmo pode ser dito a respeito das políticas públicas, pois um dos compromissos sociais do jornalismo é fomentar esse debate para que mais ações sejam implementadas e aperfeiçoadas pela sociedade e, sobretudo, pelo poder público, visando diminuir desigualdades e problemas sociais. Na análise realizada, percebe-se que algumas ações e políticas sociais direcionadas à comunidade LGBTQIAP+ existem, mas carecem de maior visibilidade e escrutínio público. Um jornalismo comprometido com os direitos humanos e a construção da cidadania não pode se furtar a essas pautas, caso contrário, estará negligenciando sua própria função social.

**PALAVRAS-CHAVE:**

Jornalismo; políticas públicas; minoria; LGBTQIAP+; Ponta Grossa.



## REFERÊNCIAS

ABGLT. Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **População LGBTQI+ no Brasil**. 2019. Disponível em: <<https://www.abglt.org/>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

A REDE. **Vereadores proibem instalação de banheiros unissex em PG**. Publicado em 16 de fevereiro de 2022. Disponível em: <<https://d.arede.info/ponta-grossa/412132/vereadores-proibem-instalacao-de-banheiros-unissex-em-pg>>. Acesso em: 07 mar. 2022.

A REDE. **Legislativo de PG aprova a criação da Secretaria da Família**. Publicado em 09 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://d.arede.info/ponta-grossa/400184/legislativo-de-pg-aprova-a-criacao-da-secretaria-da-familia>>. Acesso em: 05 abr. 2022.

A REDE. **Parada Cultural LGBTQI+ movimentada Ponta Grossa**. Publicado em 24 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://d.arede.info/ponta-grossa/304314/parada-cultural-lgbt-movimentada-ponta-grossa>>. Acesso em: 05 abr. 2022.

A REDE. **1º Prêmio Diversidade Campos Gerais homenageia professores**. Publicado em 27 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://d.arede.info/mix/304681/1-premio-diversidade-campos-gerais-homenageia-professores>>. Acesso em: 05 abr. 2022.

CANELA, Guilherme. A cobertura jornalística das políticas públicas sociais: elementos para debate. In: CANELA, Guilherme (Org.). **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Andi; Cortez, 2008. p.10-30.

CARRANCA, Adriana. Dar voz à diversidade. In: CANELA, Guilherme (Org.). **Políticas públicas sociais e os desafios para o jornalismo**. São Paulo: Andi; Cortez, 2008. p. 307-318.

CORREIO DOS CAMPOS. **População LGBTI+ tem acesso a serviços socioassistenciais**. Publicado em 16 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://correiodoscamos.com.br/carambei/2020/09/16/populacao-lgbti-tem-acesso-a-servicos-socioassistenciais>>. Acesso em: 05 abr. 2022.

DICIO – Dicionário Online. **Conceito de Minoria**. 2022. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/minoria/>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

DCMais. **Ponta Grossa terá oficinas sobre mercado de trabalho LGBTI+**. Publicado em 25 de março de 2022. Disponível em: <<https://dcmias.com.br/ponta-grossa/ponta-grossa-tera-oficinas-sobre-mercado-de-trabalho-lgbti/>>. Acesso em: 05 abr. 2022.

GALLI, G. T. O jornalismo comunitário, a democracia e as identidades individuais e coletivas. **Revista Alterjor**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 99-124, 2021. DOI: 10.11606/issn.2176-1507.v23i1p99-124. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/180243>>. Acesso em: 5 mar. 2022.



GGB. Grupo Gay da Bahia; Acontece Arte e Política LGBTI+. **Observatório de mortes violentas de LGBTQI+ no Brasil**. 2020. Disponível em:  
<<https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2021/05/observatorio-de-mortes-violentas-de-lgbti-no-brasil-relatorio-2020.-acontece-lgbti-e-ggb.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

JAYME, Juliana Gonzaga. Travestis, transformistas, Drag-Queens, Transesuais: pensando a construção de gêneros e identidades na sociedade contemporânea. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005. pp. 149-168.

LIESEN, Maurício. **Comunicação e direitos humanos**: elementos para um jornalismo responsável. Curitiba: InterSaberes, 2020.

PAIVA, Raquel. Mídia e política de minorias. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005. 11-14.

REIS, TONI. **Manual de Comunicação LGBTI+**: substitua preconceito por informação correta. . 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018. Disponível em:  
<<http://labds.eci.ufmg.br/bitstream/123456789/92/1/01.%20Manual%20de%20comincação%20LGBT%20%2b%20Autor%20Grupo%20Dignidade.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005. pp. 15-26.